

Pressa para votação no Senado

A corrida contra o tempo do Banco do Brasil não se resstringe à emissão do licenciamento ambiental do Ibama. O trâmite do projeto de lei do Senado precisar transcorrer o mais rápido possível para garantir o investimento bilionário. A proposta ainda não chegou à Casa, mas as articulações já começaram.

Na próxima terça-feira, haverá um encontro entre o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o senador Paulo Octávio (PFL-DF), que promete pedir apoio para agilizar a ida da proposta ao plenário. No mesmo dia haverá reunião de líderes, onde o senador pedirá urgência à proposta. Caso isso ocorra, o parecer do PL pode ser emitido em plenário e terá preferência na pauta – hoje trancada pela Medida Provisória 268. Senão, a proposição será encaminhada pela mesa diretora a comissões na Casa. "Espero conseguir votar a proposta em uma semana de-

pois do encontro de líderes", acredita Paulo Octávio.

A intenção é agilizar o processo para votar o projeto de lei durante a convocação extraordinária, que vai até 15 de fevereiro. No entanto, muita coisa pode acontecer, já que nem a poligonal exata da ampliação da área está definida. O projeto foi votado no plenário da Câmara dos Deputados sem ter os mapas plotados do novo desenho do Parque Nacional. A falta de descrições técnicas foi devido ao acordo costurado, horas antes da votação, entre os parlamentares e o Ibama. Ou seja, há possibilidades de questionamentos, no Senado, dos limites aprovados na Câmara.

TERRENOS – Enquanto são feitas articulações no Congresso Nacional, o Palácio do Buriti quer definir os procedimentos para que as cerca de duas mil empresas possam adquirir um terreno na Cidade Digital. Para discutir isso, foi marcado para

segunda-feira um encontro entre o governador Joaquim Roriz, o Sindicato das Indústrias da Informação do DF (Sinfor) e órgãos do governo.

Segundo o secretário de Ciência e Tecnologia, Izalci Lucas, um dos principais assuntos do encontro será a forma como serão destinados os terrenos. Entre as alternativas, está sendo considerado a aquisição pelas normas do Pró-DF; por concessão de uso real por 20 anos, com mais 20 anos prorrogáveis; e por meio das Parceria Público Privadas (PPPs). "Queremos concluir os critérios para as empresas entrarem na Cidade Digital", conta ele.

De acordo com o presidente da Sinfor, Antônio Ribeiro, até agora, 250 empresas já oficializaram o interesse de investir no empreendimento. Só em Brasília, salienta ele, existem 1.850 empresas de tecnologia da informação. Destas, 300 estão localizadas em áreas residenciais.



Izalci: estudo tem qualidade